

PERSPECTIVA DOCENTE SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DO ESPECTRO AUTISMO

RAYENE MONTEIRO DE SOUZA¹, RUBENITA MINGUIM DA SILVA², KLENICY KAZUMY DE LIMA YAMAGUCHI³

¹ Graduada em Ciências: Biologia e Química, Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas, rayennemonteiro15@gmail.com;

² Graduada em Ciências: Biologia e Química, Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas, minguiasilva26@gmail.com

³ Doutorado em Química pela Universidade Federal do Amazonas, Docente no Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas, klenicy@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar as perspectivas docentes sobre as dificuldades e o processo de inclusão na integração dos alunos portadores do transtorno do espectro do autismo nas escolas públicas do município de Coari (Amazonas). A metodologia utilizada contou com o diagnóstico da quantidade de discentes atendidos nas escolas públicas e da aplicação de um questionário semiestruturado para analisar a perspectiva dos docentes sobre a inclusão desses alunos. Os resultados descritos neste trabalho identificaram as principais dificuldades metodológicas dos professores, sendo a interação social um dos maiores obstáculos para a adaptação desses discentes nas escolas. Além disso, detectaram-se lacunas na formação acadêmica dos professores e a ausência de diagnóstico para crianças que apresentam características dessa alteração. Este trabalho abre a perspectiva para estudos mais detalhados sobre pesquisas educacionais inclusivas e contribui para a busca de um ensino igualitário no Brasil.

Palavras-chave: Educação Especial, Aprendizagem, Autismo, Inclusão.

TEACHER PERSPECTIVE ABOUT INCLUSION OF STUDENTS ON THE AUTISM SPECTRUM

ABSTRACT

This research analyzed the teachers perspectives about difficulties and the inclusion process in Autism Spectrum Disorder (ASD) inclusive classrooms students from public schools of Coari (Amazonas). Methodology used was diagnosis of the number of students attended in public schools and the application of a semi-structured questionnaire to analyze the perspective of teachers on the inclusion of these students. The results described in this paper identified the main methodological difficulties of teachers, and social interaction is one of the biggest obstacles to the adaptation of these students in schools. In addition, gaps were detected in the academic education of teachers and the absence of diagnosis for children with characteristics of this alteration. This work opens the perspective for more detailed studies on

inclusive educational research and contributes to the pursuit of an egalitarian education in Brazil.

Keywords: Special Education; Learning; Autism; Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Segundo os dados no IBGE, a prevalência de crianças diagnosticadas com alguma necessidade especial é de cerca de 6,2% da população. No entanto, segundo os dados da literatura, há um despreparo das escolas quanto a recepção dos alunos com necessidades especiais, tanto nos aspectos físicos quanto da equipe profissional (BRASIL, 2003).

Diversos autores têm se dedicado a pesquisas sobre inclusão escolar, com crianças diagnosticadas com algum tipo de necessidade especial ou transtornos globais do desenvolvimento infantil (TGD), dado que, segundo Gillberg (2005), demonstra a evolução dos processos educacionais.

O principal mecanismo de luta por uma educação inclusiva na rede de ensino regular, tanto pública quanto privada, baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), (BRASIL, 2008), que versa sobre a importância do sistema de ensino assegurar os seguintes itens aos educandos com necessidades especiais: currículo, métodos, técnicas, recursos educativos específicos para atender as necessidades. Segundo essas diretrizes, a educação especial é uma modalidade de educação escolar que deve contemplar educandos portadores de necessidades especiais de forma que possa proporcionar um ensino inclusivo, no qual todos têm direito a educação regular.

De acordo com Moreira (2006), a educação inclusiva abrange além de pessoas portadoras de necessidades especiais que tenham algum tipo de distúrbio de aprendizagem, contemplando todos tipos de alunos que necessitem de algum acompanhamento diferencial. A escola inclusiva deve promover possibilidades de forma igualitária, proporcionando as mesmas oportunidades a todo e qualquer sujeito, baseando-se nas normais e nas leis prescritas pela legislação.

Entre as necessidades especiais, tem-se o autismo como uma síndrome complexa que afeta três importantes áreas do desenvolvimento humano: comunicação, socialização e comportamento, além de indiferença ou aversão à afeição ou contato físico. Dependendo do

grau do transtorno, o comprometimento vai desde quadros mais leves, como a síndrome de asperge, até quadros mais graves (FÁVERO e SANTOS, 2005).

O autismo foi descrito pelos pesquisadores Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944) nos anos 40, caracterizando as alterações de interação social, comunicação e no comportamento pelo que atualmente é descrito como Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) ou autismo, como comumente é denominado. Essa alteração é possível ser diagnosticada devido aos sinais que nortearam a descoberta do quadro clínico, que são, principalmente, a falta de interação social, dificuldade na linguagem e isolamento social. Esses sinais característicos podem ser identificados antes da criança completar três anos, conforme o quadro clínico. O diagnóstico auxilia na interação e contribui para o processo social e cognitivo dos indivíduos. Pode-se classificar o transtorno de espectro do autismo em níveis diferentes, sendo divididos em 3 grupos:

- 1) ausência completa de qualquer contato interpessoal, incapacidade de aprender a falar, incidência de movimentos estereotipados e repetitivos, deficiência mental;
- 2) o portador é voltado para si mesmo, não estabelece contato visual com as pessoas nem com o ambiente; consegue falar, mas não usa a fala como ferramenta de comunicação (chega a repetir frases inteiras fora do contexto) e tem comprometimento da compreensão;
- 3) domínio da linguagem, inteligência normal ou até superior, menor dificuldade de interação social que permite aos portadores levar vida próxima do normal (APA, 2014, p. 20).

Trabalhos vêm sendo publicados demonstrando que, no Transtorno do Espectro do Autismo, quanto mais precocemente houver um diagnóstico comprovado, maior é a possibilidade de um desenvolvimento igualitário. Entre as atividades que vêm sendo relatadas, tem-se o uso de materiais didáticos, esporte, dança e a música como forma de interação dessas crianças como o meio social (SCHIMDT, 2019; REIS, 2018; TELES e CRUS, 2018; GATTINO *et al.*, 2016).

No entanto, pouco é descrito sobre as dificuldades docentes na inclusão dos indivíduos portadores desse transtorno. Através desta pesquisa, buscou-se identificar as principais dificuldades dos docentes das escolas da rede pública no município de Coari (Amazonas) em relação a inclusão dos alunos autistas e as metodologias que são trabalhadas em sala de aula, contribuindo com o processo de inclusão e com as pesquisas científicas de outras instituições no Brasil e no exterior sobre a temática.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida com educadores de crianças/adolescentes de quinze escolas da rede pública do município de Coari-Amazonas-Brasil, nos níveis: infantil, fundamental e médio. O critério de seleção foi o aceite em fazer parte desta pesquisa por meio do preenchimento de um questionário. Sendo assim, participaram como sujeitos de pesquisa, 75 docentes, 15 pedagogos, caracterizando o trabalho como um estudo de campo que representa uma amostra do universo de docentes que trabalham com estudantes com autismo em diferentes escolas. Assim, a escolha do tema deste trabalho surgiu com o desejo de se conhecer a realidade desses docentes e verificar as metodologias utilizadas para com os alunos com necessidades especiais.

A pesquisa realizada apresenta uma metodologia integrante entre a análise de bibliográfica e uma pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com intuito de embasar o estudo de campo e contou com bibliografia impressa digitalizada na rede mundial de computadores. Na busca da pesquisa bibliográfica digitalizada e disseminada pela Internet, foram utilizados os bancos de dados Capes, Scielo, PubMed e Google acadêmico. Utilizaram-se, como critério de seleção, as seguintes palavras-chave: autismo, metodologias didáticas, ensino inclusivo e perspectiva docente. Essas palavras-chave foram aplicadas na busca tanto sozinhas quanto combinadas. Do material encontrado, foram selecionados os que mais se aproximavam do objetivo deste estudo, constituindo-se a introdução teórica e o embasamento para a discussão dos resultados.

O percurso metodológico foi construído inicialmente pela coleta de dados secundários da instituição responsável (Secretaria de Educação – SEDUC) relativos à situação acadêmica dos alunos diagnosticados com autismo. A partir dos dados obtidos, foi realizada a aplicação de um questionário com 9 perguntas voltadas para os professores das instituições, caracterizando a pesquisa como qualitativa e quantitativa. As questões foram semiestruturadas, possibilitando desenvolver, sobre os dados coletados, uma análise quantitativa com caráter descritivo.

Foram indagados quais os principais desafios na inclusão dos alunos com necessidades especiais e se os professores utilizavam metodologias voltadas para a inclusão dos alunos com autismo. Analisou-se também a perspectiva dos docentes em relação a estrutura física da escola relacionada a inclusão de alunos com necessidades especiais e suas dificuldades. As perguntas foram direcionadas para 05 professores e 01 pedagogo de cada escola, escolhidos aleatoriamente; porém, algumas escolas apresentaram um maior número participativo de

professores e pedagogos, devido ao interesse deles em contribuir com a pesquisa referente a inclusão.

Os dados obtidos foram tabulados, de modo a apresentá-los sob a forma de percentual e de número absoluto. A análise de dados deu-se por meio da proporção entre o número de indivíduos que forneceram cada resposta e o total de pessoas que responderam à pergunta. Além disso, também se pôde aplicar, sobre o material coletado, uma análise qualitativa das dificuldades.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

3.1 Diagnóstico

A educação precisa estar intimamente ligada à socialização e à integração das pessoas com necessidades especiais, pois o contato com os professores e com as crianças da escola será fundamental (GAUDERER, 1985). E, para que o educador possa promover essa socialização, faz-se necessário que seja conhecido o meio em que ele irá atuar. Para tanto, fez-se um levantamento das escolas que apresentavam discentes com diagnóstico de autismo. Os dados secundários obtidos mostraram que haveria apenas cinco alunos com autismo, distribuídos em três escolas da rede pública de ensino (tabela 1). Para preservar o anonimato dos participantes, as escolas foram nomeadas por letras.

Tabela 1: Índice de alunos com autismo.

ESCOLA	SÉRIE	IDADE
A	14	6º ano
A	14	8º ano
B	12	3º ano
B	9	4º ano
C	8	2º ano

Verifica-se que o quantitativo de discentes com autismo pode ser maior do que o detectado institucionalmente. Segundo pesquisas na literatura, há uma carência na detecção e no diagnóstico das necessidades especiais das crianças autistas. Os professores podem recomendar; no entanto, cabe aos pais e responsáveis encaminharem para a consulta médica o aluno.

Segundo Brito (2015), a escola tem que estar pronta para receber a criança autista e conseguir desenvolver o seu cognitivo e intelectual; no entanto, para que isso aconteça, a instituição precisa estar informada e ciente desse diagnóstico. Nesse sentido, o apoio dos pais é fundamental para que o processo educacional ocorra e tenha resultados positivos. Para Gattino *et al.*, (2016), o envolvimento e a participação da família é um dos fatores mais relevantes no êxito das tarefas educacionais.

3.2 Perspectiva docente

Com intuito de analisar as dificuldades das escolas em relação a inclusão, foi elaborado um questionário sobre a perspectiva dos profissionais, professores e pedagogos. As respostas destas questões podem ser visualizadas na tabela 2.

Tabela 2: Perspectiva dos profissionais em educação sobre a dificuldade de inclusão dos estudantes autistas.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1º Nesta Escola há inclusão de alunos com autismo?	86% sim 14% não
2º A escola se sente preparada para receber alunos com necessidades especiais?	44% sim 56% não
3º Quais as principais dificuldades da escola em receber alunos com necessidades especiais?	40% estrutura física 41% falta de materiais didáticos 19% outros
4º Você já ministrou aula para alunos autistas?	29% Sim 71% não
5º Você utiliza alguma metodologia para inclusão de alunos com necessidades especiais?	34% sim 66% não
6º Você, como professor, sente-se preparado para lidar com alunos autistas?	03% sim 48% parcialmente 49% não
7º Você acredita que foi preparado durante sua formação acadêmica para lidar com alunos com necessidades especiais?	02% totalmente 75% parcialmente 23% não
8º Você tem dificuldade para lidar com alunos com necessidades especiais?	58% sim 39% parcialmente 3% não

Na primeira pergunta, através dos dados que foram obtidos, verificou-se que a inclusão de alunos com autismo estava muito além do que o esperado, contendo alunos com evidências características em quase todas as escolas estaduais de ensino do município de Coari.

De acordo com os professores e pedagogos, muitos pais não aceitam a possibilidade de seus filhos terem alguma deficiência; dessa forma, não buscam consultar um especialista e a escola não é informada do estado do aluno. Consequentemente, o órgão que rege hierarquicamente [SEDUC-AM] fica sem informação concreta da quantidade de alunos com autismo.

Segundo os relatos informais, das quinze escolas analisadas, apenas duas não apresentavam estudantes com possibilidade de incidência de autismo. Vale ressaltar que, para este diagnóstico, faz-se necessário um acompanhamento de uma equipe profissional especializada; no entanto, o que se pôde aferir qualitativamente nesta pesquisa foi a observação dos docentes na detecção de sinais característicos dessa síndrome. Mesmo as duas escolas que relataram não terem atualmente alunos com característica de autismo já tiveram ingressos alunos com necessidades especiais de diferentes tipos.

Vasques (2010) afirma que a inserção de alunos com autismo pode ser plenamente possível na rede regular de ensino, desde que a escola e os professores estejam preparados tecnicamente para receber esses alunos. Dessa forma, a falta de diagnóstico pode prejudicar a inclusão desses alunos, tendo em vista que o professor, por desconhecimento do caso, pode não estar preparado para elaborar uma metodologia que contemple a inclusão do aluno e a escola fica impossibilitada de tomar providências cabíveis.

Devido as características que os autistas apresentam, faz-se necessário um acompanhamento de uma equipe multidisciplinar para auxiliar no desenvolvimento da fala e no desenvolvimento psicomotor e social das crianças. A inserção de alunos com necessidades especiais possibilita uma maior oportunidade de estabelecer diferentes tipos de interação, através das relações entre colegas e professores. Segundo Farias (2008), a criança mantida em estado de isolamento social apresenta dificuldade em desenvolver suas funções superiores e a escola pode ser um importante aliado nesse processo de interação.

Na segunda questão, identificou-se que, na perspectiva dos entrevistados, as escolas não estavam preparadas para receber alunos com necessidades especiais (53%). Segundo a literatura, esse sentimento é comum nas instituições de ensino e os motivos se dão pela falta de estrutura adequada, falta de materiais e a falta profissionais com formação especializada.

Esse dado foi corroborado pelas respostas da terceira pergunta, nas quais os principais entraves descritos relacionavam-se com a estrutura física e a ausência de materiais didáticos. Em algumas escolas, as estruturas físicas não eram adequadas para receber alunos especiais, com a ausência de rampa, presença de escadas, entre outras dificuldades, impossibilitando os discentes com necessidades físicas especiais, independentemente de sua deficiência, de frequentar as aulas. Um outro ponto abordado foi a falta de materiais didáticos voltados para atender alunos especiais.

Em seguida, verificou-se que apenas 29% dos docentes já ministraram aula para alunos diagnosticados com autismo; mas, segundo os entrevistados, 66% tiveram alunos com outros tipos de necessidades especiais e os que não tiveram essa experiência, já vivenciaram através de relatos dos colegas da escola.

Nas perguntas posteriores, 97% dos docentes relataram que não se sentem capacitados para atuarem no ensino inclusivo, seja pela falta de capacitação e/ou ausência de uma formação mais qualificada.

Nesse quesito, verifica-se a importância de cursos para capacitar profissionais da educação visando obter conhecimento dos diferentes tipos de alunos e, assim, direcionar um método de ensino-aprendizagem adequado para cada aluno. Observou-se, com os resultados, que 66% dos professores que participaram do questionário não utilizam nenhuma metodologia de ensino voltada para inclusão dos alunos com necessidades especiais, o que é muito prejudicial, pois uma metodologia de ensino adequada é essencial para o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Segundo Melo (2010), o docente deve pesquisar métodos e estar sempre se atualizando quanto aos meios didáticos mais eficazes com o intuito de obter o êxito de seus alunos nas etapas de aprendizagem. O planejamento de estratégias metodológicas possibilita maior êxito na inclusão dos alunos.

Na sexta pergunta, a maioria dos professores afirmaram que não se sentem preparados para ministrar aulas para alunos autistas. Através dos relatos desta pesquisa, os profissionais expressaram que, quando ocorre capacitação, nem todos os envolvidos no processo de ensino realizam o curso, havendo um revezamento para que não ocorra um *déficit* de funcionário nas escolas. Ferreira *et al.* (2007) acreditam que é preciso preparar todos os professores, com urgência, para se obter sucesso na inclusão, através de um processo de inserção progressiva.

Referente a formação dos profissionais, conforme a sétima pergunta, 98% dos professores da rede estadual de ensino disseram que não foram preparados pela academia para

a mediar a inclusão de alunos com necessidades especiais. Os professores relataram que, durante sua formação, não tiveram disciplinas voltadas para inclusão de alunos com necessidades especiais e, os que tiveram, tiveram apenas uma disciplina com uma pequena carga horária (Libras, 60 horas). Eles relataram que se depararam com essa realidade nas escolas e que, embora atualmente seja comum os diferentes tipos e níveis de deficiência, relataram não se sentirem seguros com essa demanda.

Segundo Farias (2008), a medida em que ocorre a orientação inclusiva, os resultados implicam em um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais. E, para que isso ocorra, é imprescindível que os educadores estejam habilitados para atuarem de forma competente juntos aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino.

Em sequência, na oitava pergunta, verificou-se que a maioria dos professores e pedagogos tem dificuldades para lidar com alunos especiais (97%), sejam autistas ou com outro tipo de necessidade especial. Brito (2000) destaca que ainda existe certa resistência por parte dos profissionais em receberem discentes com necessidades especiais por alegarem não estarem preparados para atender esses alunos; sendo assim, é necessário que exista um esforço das instituições para promover capacitações que possibilitem um ensino inclusivo e sanem os déficits dos profissionais que atenderão esses estudantes.

Assim, mesmo que as escolas apresentem limitações estruturais e de materiais didáticos, a qualificação dos educadores pode atenuar esse quadro e possibilitar que ocorra uma aprendizagem significativa que contribua para o desenvolvimento cognitivo das crianças autistas.

Segundo Mantoan (2006, p. 30), para a escola ser inclusiva, ela precisa ter condições que contribuam para que ela se torne um espaço vivo de acolhimento e de formação para todos os alunos, transformando-se em ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos.

Finalizando as questões, as principais dificuldades relatadas para a inclusão de alunos com autismo dar-se-ão devido à dificuldade de interação social (42%). Cerca de 29% dos entrevistados relataram a dificuldade pessoal em lidar com situações e suas limitações voltadas para a inclusão e 29% dos professores e pedagogos reconheceram que a dificuldade principal está em saber lidar com alunos que possuem movimentos repetitivos e estereotipados.

Uma das principais características dos alunos autistas vêm do fato deles serem retraídos e não interagirem socialmente. Brito (2015) afirma que, em relação à interação social, as crianças com TEA apresentam dificuldades em iniciar e manter uma conversa,

algumas evitam o contato visual e demonstram receio ao toque do outro, mantendo-se isoladas em relação ao convívio com os demais. No entanto, a escola permite a interação e auxilia no desenvolvimento e na aprendizagem, possibilitando a formação de vínculos estimuladores e o enfrentamento da própria dificuldade.

Verifica-se que o autismo não apresenta características físicas discrepantes, comparada com outros tipos de deficiência, que logo são identificadas. Essa pode ser uma das explicações para o diagnóstico tardio. Dessa forma, pesquisas sobre o tema tornam-se oportunas e poderão auxiliar no esclarecimento sobre a inclusão de estudantes autista no ensino regular.

Espera-se que, por meio do esclarecimento, seja possível uma prática pedagógica que transmita conhecimentos que estão além da experiência imediata dos alunos, promovendo a inclusão de alunos com necessidades especiais de forma que essa seja uma prática comum, a qual o professor atue instigando e despertando o interesse do aluno pela aprendizagem, possibilitando ao mesmo um ensino igualitário.

4 CONCLUSÃO

O ensino inclusivo nas escolas regulares da rede pública é uma realidade distante, com entraves que são gerados além das dificuldades físicas e estruturais da instituição. Os alunos autistas aparecem nesse cenário como o extremo da dificuldade da inclusão, uma vez que nem sempre os profissionais que estão envolvidos nesse processo têm acesso ao diagnóstico das reais necessidades dos alunos.

Por meio desta pesquisa, foi possível concluir que o papel da escola e dos profissionais é de suma importância para contribuir com um ensino inclusivo nas escolas brasileiras, ajudando no processo de desenvolvimento dos alunos e contribuindo para que a mudança no paradigma possa ocorrer. Para isso, é preciso almejar uma verdadeira inclusão no ensino, proporcionando cursos de capacitação docente e melhorando a estrutura física e educacional das escolas.

Foi possível detectar também as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e pedagogos no ensino buscando a inclusão de alunos portadores do transtorno do espectro do autismo, sendo a interação social um dos problemas mais relatados. O referente artigo possibilitou refletir que essa problemática é um ciclo contínuo, pois a dificuldade dos

professores se dá por uma formação muito superficial, ocasionando despreparo das escolas públicas (em relação estrutural, e profissional).

Constatou-se que o índice de crianças com o autismo pode ser maior que os índices institucionais devido à ausência de um diagnóstico sobre a sua especificidade. Esse é o primeiro relato sobre o tema na região e os autores esperam contribuir com as pesquisas sobre inclusão, além de motivar estudos posteriores que visem atividades de capacitação docente e metodologias para facilitar o aprendizado e interação desses estudantes.

5 REFERÊNCIAS

Associação Americana de Psiquiatria. DSM-V-TR: **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo**. 2. ed. SEESP/ MEC – Brasília: MEC, 2003. 64p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educacao%20infantil%203.pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. Brasília:2008. Acesso em: 17 de setembro de 2019.

BRITO, E. R. A inclusão do autista a partir da educação infantil: um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no município de Sinop - Mato Grosso. **Revista Eventos Pedagógicos**. v.6, n.2, 15. ed., p. 82-91, 2015.

FARIAS, M. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da experiência de aprendizagem mediada. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.14, n.3, p.365-384, 2008.

FAVERO, M. A. B.; SANTOS, M. A. Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.18, n.3, p.358-369, 2005.

FERREIRA, Bárbara C.; MENDES, Enicéia G.; ALMEIDA, Maria A.; DEL PRETTE, ZILDA, A. P. Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. **Revista Educação Especial**: revista da UFSM, Rio Grande do Sul, n. 29, 2007.

GATTINO, G. S.; MOSSLER, K.; SUVINI, F.; ODELL-MILLER, H.; WATTS, G. The good, bad and ugly: joys and challenges of being involved in international research with children with autism. **Nordic Journal of Music Therapy**, v. 25, p. 89-89, 2016.

GILLBERG, C. **Transtornos do espectro do autismo**. 2005. Disponível em: <<http://www.ama.org.br/site/pt/centro-de-conhecimento/artigos.html>> Acesso em: 2 dez. 2019.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2006.

MELO, J. **Acessibilidade e autismo**. 2010. Disponível em: <<http://www.autismoamazonas.com/2010/06/acessibilidade-e-autismo-materiais.html>>. Acesso em: 24 junho de 2019.

MOREIRA, H.; MICHELS, L.; COLOSSI, N. inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com ensino superior. **Revista Escritos sobre Educação: Ibirité**, v.5, n.1, p.19-25, 2006.

REIS, H. GUÉRIN, COSTA, C. BARROS DA, SANTOS, J., SOBRINHO, L. PATROCÍNIO, BARROS, M., SOUZA MORAIS, M., OLIVEIRA, N., SANTOS, A., MARTINEZ, A. A inclusão do aluno autista na rede pública regular de ensino. **Revista Pesquisa E Ação**, v. 4, n.3, 2018. Disponível em <<https://revistas.brazcubas.br/index.php/pesquisa/article/view/535>>.

RODRIGUES, I.; MOREIRA, L. E.; LERNER, R. Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 14, p. 70-83, 2012

SCHMIDT, C. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 18, n. 1, p.222-235, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000100017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 set. 2019.

TELES, P. S.; CRUZ, L. P. A prática esportiva como instrumento de inclusão: um estudo de caso sobre aprendizagem e desenvolvimento de aluno com transtorno do espectro autista (TEA). **Teles**, v. 11, n. 1, 2018.

VASQUES, C. K. **Uma pequena Alexandria: Os paradoxos da inclusão e exclusão de saberes em uma biblioteca sobre a escolarização de alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Santa Catarina, UNISUL. 2010. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.